

**Simpósio internacional
Constituição Sociedade Democracia
Brasil 1988 Alemanha 1949-1989
18 à 20 de maio 2009
Salvador de Bahia**

Constituição e direitos humanos: Alemanha

Wolfgang Heuer

O aniversário da constituição da Alemanha é também o meu aniversário – nasci poucos meses depois da fundação da República Federal da Alemanha. Sou testemunha histórica, vivenciei o significado desta constituição e vivi com ela. Como muitos alemães, somente aprendi a valorizá-la com o correr do tempo. Depois da fracassada democracia da década de 20, da República de Weimar, esta segunda república, agora com a idade de 60 anos, é a primeira democracia estável na Alemanha.

Na história da Alemanha houve poucas fases, como estes últimos 60 anos, que por tanto tempo se mantiveram politicamente estáveis e economicamente prósperas. No decorrer da história as fronteiras mudavam constantemente e as catástrofes se acumulavam: da Idade Média até a conquista da Alemanha por Napoleão em 1806, a Alemanha fazia parte do „Sacro Império Romano-Germânico“ – uma confederação de ducados regionais praticamente independentes. Era uma federação, uma liga de Estados, não era um Estado nacional como a França ou a Grã-Bretanha. Foi só em 1871 que a Alemanha se transformou em um Estado nacional, o Império Alemão (Deutsches Reich) e para esta unificação foram necessárias três guerras: com a Dinamarca, com a Áustria e com a França. Somente 43 anos depois, o imperador alemão Guilherme II (segundo) jogou o seu país na Primeira Guerra Mundial. O motivo foi uma absurda rivalidade com a potência marítima da Grã-Bretanha. Nos quatro anos de 1914 a 1918, ela custou a vida de 17 milhões de seres humanos, foi a primeira guerra moderna que usou gás tóxico como arma de extermínio de massa. O Imperador escapou para o exílio, a primeira república alemã foi proclamada, Rosa Luxemburg e outros fundaram o partido comunista, houve tentativas de golpe contra a república, várias crises econômicas e só poucos anos de bem-estar. Esta república,, que tinha sido recusada pela maioria da população, durou somente 15 anos : esta

esperava pela mão ordenadora de um guia, que a conduzisse para fora dessa crise. E então este guia precisou de somente 12 anos para levar a Alemanha e a Europa completamente às ruínas, com 60 milhões de mortos e 6 milhões de judeus, de sintos e de rom massacrados.

Depois da Segunda Guerra Mundial a população estava resignada. As maiores grandes cidades estavam destruídas, uma quarta parte do território oriental se tornou polonês ou russo, 8 milhões de habitantes tiveram que abandonar sua terra natal. Entre o final da guerra, em 1945, até a fundação dos dois Estados alemães, em 1949, a Alemanha foi ocupada pelas forças aliadas e os criminosos de guerra foram condenados no Tribunal de Nuremberg.

A pensadora Hannah Arendt, que tinha emigrado da Alemanha, percorreu a Alemanha no inverno de 1949/50 e constatou que as imagens das cidades destruídas e a realidade dos campos de concentração e de extermínio tinham deixado „uma sombra de profundo luto“ sobre a Europa. Ela deparou na Alemanha, face à ruína física, moral e política, com uma profunda fuga da realidade, sem luto sobre os mortos, cheia de apatia com relação aos refugiados e uma recusa de confrontar-se com a realidade dos acontecimentos. Fatos eram tratados como opiniões; cada qual tinha um outro ponto de vista sobre as causas da Segunda Guerra Mundial e dos massacres.¹

Neste contexto, a Alemanha Ocidental foi fundada como nova unidade política democrática. Os aliados ocidentais, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, agiram em três passos: primeiro a desnazificação, isto é, a destituição de todos os nazistas da vida pública e a condenação dos criminosos de guerra, segundo, a implementação de democracia em todos os cargos públicos e, terceiro, a convocação de uma Assembléia Constituinte, na qual os alemães da Alemanha Ocidental pudessem elaborar sua própria constituição e assim fundar a República Federal da Alemanha. Na aceção injusta de muitos o Processo de Nuremberg dos Aliados foi visto como um ato de „Justiça dos Vencedores“. A desnazificação foi executada somente em parte e pouco depois deixada em mãos de alemães, porque a emergente „Guerra Fria“ com a União Soviética parecia ser mais importante. A confrontação agora constava de Ocidente contra Oriente e não mais de democratas contra antigos nazistas. Os anteriores nazistas ativos e seus respectivos acompanhantes bem logo passaram a estar presentes na

¹ Hannah Arendt, Besuch in Deutschland, in: Zur Zeit, hg. von Marie Luise Knott, Berlin 1986, S. 43-47.

administração pública, na justiça, na polícia e também nos partidos. E o processo constituinte, como tão importante processo de fundação, com todas os debates sobre uma constituição, que tivessem por objetivo deixar a futura democracia livre e ao mesmo tempo segura contra radicalismo e usurpação do poder, deixou a população alemã completamente de lado. Esta estava totalmente ocupada com a reconstrução e com a própria vida cotidiana.

Porém aqueles, que elaboraram a Constituição e que fundaram a República Federal da Alemanha, não eram antigos nazistas e sim, entre outras coisas, perseguidos e exilados, em muitos casos pessoas mais idosas, num certo sentido a geração paterna daqueles que levaram a Alemanha às ruínas. O primeiro chanceler e presidente da Assembléia Constituinte, Konrad Adenauer, já contava com 73 anos de idade por ocasião de sua instituição no cargo e ainda governou durante 14 anos. A Constituição foi elaborada por 70 deputados dos 11 parlamentos estaduais, entre eles somente 4 mulheres, e apresentada aos Aliados para aprovação.

A seguir gostaria de considerar três aspectos: primeiro, o direito fundamental desta constituição como direito humano, segundo, o papel do Supremo Tribunal Constitucional como guardião da Constituição e, terceiro, as ameaças à Constituição e aos direitos humanos hoje.

I. Direitos Fundamentais – Direitos Humanos

Como lição aprendida pelas experiências com a República de Weimar e sobretudo com o regime totalitário dos nazistas, os direitos fundamentais de cidadãos e cidadãs foram fortalecidos e colocados em primeira posição na Constituição. Eles formam os primeiros 19 artigos da Constituição e abrangem todos os setores importantes da vida política, social e privada. Eles se referem à defesa da dignidade humana, ao livre desenvolvimento da personalidade, ao fundamento da igualdade de tratamento e de direitos de todos, à liberdade de religião e de consciência, à liberdade de opinião, de informação e de imprensa, à livre opção de educação, à liberdade de reunião, ao sigilo de correio e de correspondência, à livre escolha da profissão, à inviolabilidade do lar; aos direitos de propriedade, ao sentido de propriedade como bem comum com a possibilidade de estatização, à proibição da extradição, ao direito de asilo, ao direito de proteção jurídica e ao direito de petição. O direito de petição permite cada cidadão a

dirigir-se às autoridades ou representações parlamentares com uma solicitação ou com uma causa judicial. E finalmente também podemos enumerar o direito à resistência, sim, direito à resistência, como último recurso contra aqueles, que quiserem eliminar a ordem livre e social.

Não todos direitos fundamentais são ao mesmo tempo direitos humanos, porque estes não se referem somente aos cidadãos. Exclusivamente para os cidadãos são a liberdade de reunião e de associação, a liberdade de movimento e a livre escolha da profissão. Todos os demais direitos fundamentais são direitos humanos, válidos de igual maneira para migrantes e estrangeiros. Hannah Arendt definiu esta diferença entre direitos fundamentais e direitos humanos como aporia dos direitos humanos: por conseguinte, direitos humanos não são direito natural, mas direito positivo; eles precisam sempre ser garantidos, não exatamente como direitos universais, mas exclusivamente como direitos civis. Para Arendt portanto existe somente um único direito humano, o de pertencer a uma comunidade política.² Entrementes a Alemanha é um país de imigração, o processo de naturalização contudo está se desenvolvendo muito lentamente. A jurisprudência tenta justificar a limitação dos direitos humanos para estrangeiros, argumentando com o direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

Gostaria de analisar mais detalhadamente alguns destes direitos fundamentais:

Artigo 1: A dignidade humana

Diz que: „ (1) A dignidade humana é intocável. Acatá-la e protegê-la é obrigação de todo o poder do Estado. (2) O povo alemão professa a fé de que os invulneráveis e inalienáveis direitos humanos são o fundamento de toda sociedade humana, da paz e da justiça no mundo. (3) Os direitos fundamentais seguintes comprometem a legislação, o poder executivo e a jurisdição ao uso imediato como lei vigente.“ Isto não somente significa que a todo o poder público, ao parlamento, ao governo e à justiça é vedada a lesão da dignidade humana, além disso deve empreender tudo para protegê-la. A defesa da dignidade humana é por conseguinte o supremo valor fundamental e ponto de referência para todos os demais direitos fundamentais. Ele define o ser humano como sujeito, não como objeto, ele respeita sua autonomia moral, que se reflete em seu direito ao livre desenvolvimento da personalidade. O ser humano

² Hannah Arendt, *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*, München 1986, S. 452-470

é protegido como um propósito em si, como Kant o definiu, ele jamais pode ser abusado como meio para alcançar o propósito. Esta defesa é por isso válida, no caso de um crime, tanto para a vítima como também para o autor. O autor do crime perde a liberdade em consequência deste ato, mas nunca será possível tirar-lhe a dignidade. Um povo pode perder sua dignidade, mas não um ser humano.³ Por isso a prisão perpétua é limitada a 15 anos e cada detenção subsequente deve ser reexaminada regularmente. Artigo 1 „A dignidade humana é intocável“ é mais exata do que a proposta original: “O Estado existe em função do ser humano e não, o ser humano em função do Estado.“ Esta desistência de um Estado patriarcal, que durou séculos, segue sendo uma proclamação, não é uma clara e direta convocação como a do respeito da defesa da dignidade humana.

Artigo 3: Igualdade de direitos de homens e mulheres

Consta no artigo: „ (1) Todos seres humanos são iguais perante a lei. (2) Homens e mulheres tem os mesmos direitos. (3) Ninguém pode ser favorecido ou discriminado por causa de seu sexo, de sua filiação, de sua raça, de sua língua, de sua pátria e origem e de suas convicções religiosas e políticas.“ A formulação „Homens e mulheres tem os mesmos direitos “ foi altamente litigiosa. Na verdade as mulheres obtiveram o direito de voto, em 1918, mas em todos os regulamentos do Código Civil de 1900 elas eram submissas ao marido, que tinha o direito de rescindir o contrato de trabalho da esposa, administrava todos os bens dela e dava o seu nome de família aos filhos de ambos. A formulação da igualdade de direitos, foi apresentada por uma das mulheres da assembléia constituinte, Elisabeth Selbert. Para muitos homens presentes, ela ousava demais, porque eles sabiam, que através deste artigo da constituição uma série de leis se tornariam anti-constitucionais e seus privilégios precisariam ser abolidos. Por isso eles advogavam pela formulação inofensiva „Homens e mulheres tem os mesmos direitos e deveres de cidadãos diante do Estado“. Foi então que Elisabeth Selbert lançou uma campanha em todo o país, da qual participaram mais que 100.000 mulheres, que apoiaram a formulação da ampla igualdade de direitos. Esta formulação foi finalmente aceita, com o prazo de mudar as leis correspondentes até 1953. Mas, num parlamento dominado por homens, demorou até 1958, até que uma lei „sobre a igualdade direitos de homem e mulher no setor do direito civil“ fosse aprovada. E somente em 1994 foi acrescentada a sentença: „O Estado promove a

³ a.a.O., S. 16.

efetiva aplicação de igualdade de direitos de homens e mulheres e tem por objetivo a eliminação de desvantagens ainda existentes.“

Artigo 16: Direito de asilo

Consta no artigo: „(2) Nenhum cidadão alemão poderá ser extraditado. Vítimas de perseguição política gozam do direito de asilo.“ Este direito de asilo sem reservas é compreensível face à experiência, que milhares de vítimas de perseguição de raça e de índole política, escaparam da Alemanha e dependeram das fronteiras abertas de outros países. Esta formulação sem reservas foi proposta pelo então Primeiro Ministro de Schleswig-Holstein, Estado no extremo norte da Alemanha Ocidental. Este Estado abrigara 1,2 milhões de refugiados alemães oriundos dos territórios orientais, o que vinha a corresponder a 67 por cento da população. Apesar do fato de que muita gente deste Estado vivia em casamatas subterrâneas, estábulos e cavernas, este político se impôs incondicionalmente por um assim formulado direito de asilo.

Mais alguns aspectos vêm juntar-se aos direitos fundamentais e aos direitos humanos que acentuam efetivamente o caráter especial desta constituição e dão aos direitos humanos sua verdadeira força de vigor. Os direitos fundamentais não podem ser abolidos por qualquer maioria parlamentar, como seja que esta for formada;

- Os direitos fundamentais são processáveis, cada cidadão pode dar queixa na justiça para conseguir o acato ou o re-estabelecimento dos direitos fundamentais.
- Vale o princípio do Estado Social, isto é, o Estado deve ter por objetivo segurança e justiça social em suas ações;
- Existem os assim chamados objetivos de Estado, como na França, liberdade, igualdade e fraternidade, que não são processáveis, mas que tem em vista objetivos, que precisam ser estabelecidos por lei. Destes fazem parte a promoção da igualdade de direitos, do Estado de direito, o equilíbrio geral da economia e, mais recentemente, a proteção do meio ambiente, dos animais, das minorias e da integração européia.
- A Alemanha foi estruturada federalmente, para estender a separação de poderes também ao entrelaçamento recíproco de governo federal com governos estaduais. Através disso foi aproveitada a idéia de Montesquieu, de que, com o entrelaçamento dos poderes separados, a divisão de poderes leva ao

fortalecimento de poderes. Assim a divisão de poderes não só deve proteger do poder do Estado, porém, mais do que isso, também fortalecer democracia e liberdade através de sua interação.

- Finalmente, a constituição como um todo baseia no conceito de que seus artigos não vigoram independentes uns dos outros, mas que estes se influenciam mutuamente; a tomada de decisão deve ser apoiada de tal modo, que as pessoas são ligadas umas às outras pelo laço das responsabilidades recíproca. Assim sendo, a constituição vai muito além de ser uma mera constituição liberal da liberdade do indivíduo.

II. O Supremo Tribunal Constitucional

Ora, quem vigila para que a legislação dos parlamentos não contradiga os princípios da constituição e os direitos fundamentais e humanos? Ou, nas palavras do especialista em direito constitucional Carl Schmitt: Quem é o guardião da constituição? Para Schmitt na década de 20 isto era tarefa do Presidente da República de Weimar, para os membros da Assembléia Constituinte de 1949, é tarefa do Supremo Tribunal Constitucional, cuja importância nunca pode ser supervalorizada. No início foi uma corte paralela a outras, cujo julgamento o chanceler Konrad Adenauer ainda por muito tempo julgava ser de menor importância do que a votação de seu gabinete. Hoje é, ao lado do governo federal e do parlamento, reconhecido obviamente como um dos órgãos máximos da constituição.

Esta corte, com os seus 16 desembargadores, não somente aplicou a justiça no sentido da constituição (que entretanto pode ser consultada em 93 volumes), mas muito além disso contribuiu notavelmente para avançar o desenvolvimento do ideal fundamental da constituição e da civilidade do país. Não foi só o movimento estudantil de 1968, que contribuiu para que os habitantes do país se entendessem gradativamente como cidadãos ativos. É também esta corte constitucional, ao lado de diversas outras cortes, que, através de sua jurisdição, promoveu o surgimento de um, como Habermas o definiu, patriotismo constitucional em lugar de um patriotismo nacionalista. O ex-desembargador do tribunal constitucional Ernst-Wolfgang Böckenförde reconhecia um dilema fundamental do Estado democrático no fato de que „o Estado liberal,

secularizado (vive) ... de condições prévias, que ele mesmo não pode garantir.”⁴ Quer dizer, que o Estado livre só pode existir através da aprovação pelos seus cidadãos, isto é, através de um fundamento moral e a homogeneidade da sociedade. Porém é justamente o Estado que não pode criar um tal fundamento através de instrumentos morais, nem tampouco à força. A aprovação da república pela população somente pode ser alcançada na medida em que liberdade, igualdade política e justiça social fiquem disponíveis a todos, e não fiquem limitadas por meio de arbitrariedade, privilégios e corrupção. Os cidadãos devem vivenciar estes valores diariamente, pela política, pela jurisdição e pela própria liberdade de movimento no âmbito da sociedade civil.

60 anos de jurisdição, exatamente também por esta corte constitucional, estabilizou cada vez mais a aprovação à constituição e à sociedade livre. Muitas pessoas fizeram a experiência, que os direitos que a elas cabem podem ser processáveis e que o princípio do Estado social foi levado a sério. Assim agindo, o Supremo Tribunal Constitucional não somente defendeu os direitos fundamentais e os direitos humanos como sendo direitos defensivos, como também os definiu como uma ordem de valores, segundo a qual a legislação, a administração e a justiça devem orientar-se.

Gostaria de elucidar este aspecto através de três exemplos aplicados em defesa da liberdade de opinião:

Primeiro o caso Lüth: o conhecido diretor cinematográfico da era nazista Veit Harlan tinha sido com filmes anti-semitas como „O judeu Süß“ um muito influente propagandista dos nazistas. Depois de ter sido poupado pela desnazificação, ele queria lançar um novo filme no mercado em 1951. Nesta ocasião o diretor do gabinete de imprensa do senado de Hamburgo, Erich Lüth, conclamou ao boicote deste filme. A firma produtora do filme levou o caso à justiça e Lüth foi condenado ao pagamento de indenização por ter violado os bons costumes. Mas então o Supremo Tribunal Constitucional revogou esta sentença com a justificativa de que a liberdade da firma produtora do filme não foi tolhida pela convocação de Lüth ao boicote, senão que além do mais, ao convocar ao boicote, Lüth fizera uso de sua liberdade de opinião, para chamar a atenção à responsabilidade de Harlan no massacre dos judeus e para apelar à

⁴ Ernst-Wolfgang Böckenförde, Die Entstehung des Staates als Vorgang der Säkularisation, in: ders., Staat, Gesellschaft, Freiheit. Studien zur Staatslehre und zum Verfassungsrecht, Frankfurt/M. 1976, S. 60.

responsabilidade de todos. Desta forma a corte estimulou claramente que se fizesse uso da liberdade de opinião no sentido de debate público, sem o qual uma democracia é somente formal e permanece inanimada.

Segundo, „o escândalo Spiegel“: o semanário Der Spiegel“ publicou em 1962, que o exército da Alemanha ocidental estava precariamente preparado contra um possível ataque pelas forças do Pacto de Varsóvia. O que teria sido um escândalo em tempos de guerra fria. Em consequência disso o editor do „Spiegel“ e vários redatores foram detidos por traição à pátria, o governo entrou em crise e o ministro da defesa renunciou ao cargo. O tribunal constitucional contrariou a acusação de traição à pátria e deu preferência à liberdade de imprensa.

O terceiro exemplo, afina, diz respeito ao tratamento jurídico dado aos bloqueios passivos. Na década de 80 manifestantes protestavam pacificamente contra o transporte de armas e de lixo atômico e contra a ampliação do aeroporto de Frankfurt, bloqueando as vias de acesso, sentando-se na estrada. Inicialmente estes bloqueios eram punidos por tratar-se de coerção. Porém o Supremo Tribunal Constitucional revogou esta interpretação jurídica e avaliou os bloqueios passivos como formas de protesto político, a serem consideradas no âmbito do direito à liberdade de assembléia.

Por meio destas sentenças o Tribunal Constitucional promoveu ativamente a transformação do país de um Estado autoritário para uma sociedade civil democrática. Por vezes com insistência, como no caso da igualdade de direitos entre homens e mulheres exigida no Artigo 3.

Tão premente quanto há 25 anos, por ocasião do recenseamento, e ainda muito mais hoje, tendo em vista os fluxos de dados que correm pelo mundo, é a questão da autodeterminação informacional. O Supremo Tribunal Constitucional fala de um direito fundamental à proteção de dados, equiparado aos direitos humanos. Até hoje, a proposta de implementar este tipo de direito aos direitos fundamentais ainda não conseguiu a maioria política necessária.

A medida, em que a constituição e o tribunal constitucional são reconhecidos na Alemanha, pode ser deduzida do fato que a reputação do tribunal constitucional

cresceu continuamente nos últimos 20 anos, ao passo que, na mesma proporção, a confiança aos partidos políticos decresceu.

III. As ameaças atuais à constituição e aos direitos humanos

Não é forçosamente óbvio que cresça a reputação do Supremo Tribunal, que muitas vezes se impôs através de uma jurisdição incômoda. É porque as necessidades dos cidadãos numa democracia liberal circulam afinal ao redor de dois fundamentos: liberdade e segurança. A liberdade precisa de espaço protegido para poder desenvolver-se. Porém, o desejo de segurança, pensando em prevenções, tende a limitar a liberdade e por sua natureza não conhece barreiras.⁵

Enquanto um bem comum prospera, o desdobramento da liberdade corre poucos riscos, o contrário acontece em tempos de crise. As ameaças à constituição e aos direitos humanos partem atualmente de três tendências: primeiro, das limitações dos direitos fundamentais e humanos, segundo, da monopolização da política e da mídia e, terceiro, da desmontagem do Estado social.

Com relação ao primeiro ponto, desde o combate ao terrorismo na Alemanha na década de 70, sempre reaparecem tentativas dos respectivos governos de tolher a liberdade do ambiente privado, de estender a vigilância do espaço público e de entrelaçar o trabalho da polícia e dos serviços de inteligência. Tendo em vista os atentados islamitas, está sendo preparada atualmente uma „lei para a persecução da preparação de crimes graves“, da qual a própria Ministra da Justiça já está sabendo, que a visada punição da mera intenção de um ato criminoso, não corresponde aos elementares princípios de injustiça e de culpa.⁶

Em 2006 foi proclamada uma lei, segundo a qual um avião seqüestrado por terroristas poder ser abatido, mesmo encontrando-se passageiros a bordo, para proteger outras

⁵ So der ehemalige Verfassungsrichter Winfried Hassemer während des Forums „Entgrenztes Strafrecht: Vom Tugendwächter bis zum Feindstrafrecht“ auf dem Kongress „60 Jahre Grundgesetz – Fundament der Freiheit stärken“, Deutscher Bundestag Berlin, 13./14.3.2009. Vgl. auch "Das Grundgesetz ist dazu da, in Aktion zu treten". Interview mit Winfried Hassemer, in: Süddeutsche Zeitung, 10.06.2008.

⁶ Tonio Walter, Der Rechtsstaat verliert die Nerven. Zum Referentenentwurf eines „Gesetzes zur Verfolgung der Vorbereitung von schweren Gewalttaten“ (RefE), in: Kritische Justiz, Jg. 41, H. 4, 2008, S. 443-450.

vidas humanas. O Supremo Tribunal Constitucional declarou esta lei anti-constitucional, referindo-se à proteção da dignidade humana dos passageiros. O Ministro da Defesa reagiu anunciando, que num tal caso ele apelaria para um „estado de emergência além do legal“ e mandaria abater o avião em todo o caso.

Em 2002 um estudante de direito seqüestrou o filho, de 11 anos, de um banqueiro de Frankfurt, com a finalidade de extorquir o resgate. A polícia deteve o seqüestrador e o ameaçou com torturas, para obter informações sobre o lugar onde se encontrava a vítima e salvar sua vida.

Entrementes grandes empresas passaram a realizar o total controle de vigilância de seus empregados. A Deutsche Bahn (Linhas Férreas da Alemanha) controlou as contas bancárias de seus empregados , para poder desvendar casos de corrupção, a linha de supermercados Lidl realizou controle de vídeo de seus empregados, para poder provar casos de furto e a Deutsche Telekom grampeou os telefones de participantes do próprio conselho administrativo e de jornalistas.

Todos estes casos mostram as constantes tentativas e tentações de cortar os direitos fundamentais. Parece haver boas razões para todas essas medidas ilegais, às vezes direitos fundamentais, como a dignidade humana do ator do crime e da vítima ficam em conflito entre si. O que é novo, é o fato de que já não é mais somente o Estado, como também outros círculos da sociedade, como empresas, que infringem os direitos fundamentais de outros em grande estilo.

Finalmente, o direito de asilo foi cortado enormemente. Ele somente ainda é válido para pessoas, que vem diretamente do país de onde foram perseguidos para a Alemanha e que antes não passaram por um assim chamado „terceiro Estado seguro“. E também para estas pessoas se aplica a regra arbitrária, que elas, por exemplo, no aeroporto de Frankfurt, se dirijam a um local, arbitrariamente declarado como área ex-territorial, no qual não poderão requerer asilo, mas onde poderão ser examinados e diretamente extraditados de lá mesmo.

A segunda ameaça à constituição parte de uma praxe política em que na divisão de poderes já há muito tempo se manifesta um maior peso a favor do poder executivo e,

no parlamento, a favor dos partidos do governo. O parlamento e , por conseguinte, a oposição não são informados devidamente sobre os atuais esforços para atenuar a crise econômica e financeira. Reformas parlamentares, que deveriam corrigir esta tendência negativa, sempre fracassaram nos últimos 30 anos.⁷

A isto vem unir-se o fato de que os meios de comunicação livres, tantas vezes enaltecidos como Quarto Poder, há tempos perderam sua função crítica. A pressão econômica sobre os meios de comunicação não-estatais é tão grande , que não existe mais lugar para jornalismo crítico e mesmo nas estações de rádio e televisão estatais os jornalistas dão preferência a programas de entretenimento, não mais a programas de divulgação.

No conjunto, isto leva a uma despolitização, que junto com o terceiro aspecto, a desmontagem do Estado social, é ainda reforçada. Desde alguns anos, como conseqüência da globalização, acontece uma quebra de solidariedade, festejada contemporaneamente como reforma neoliberal. A senha de que cada um é o dono da sua sorte despertou esperanças de bem-estar e riqueza na arriscada condição de profissional liberal, enquanto na realidade o abismo entre ricos e pobres se abria cada vez mais e a classe média tendia a empobrecer. O princípio do Estado social passou para um plano secundário e a orientação no sentido do bem-estar comum diminuiu. O interesse dos jovens por política continuou a cair, eles vivem cada vez mais de trabalhos ocasionais com a internet e com as comunidades na rede (Social Communities / Web 2.0) os costumes de informação e de comunicação se transformam fundamentalmente.

Na crise atual e face à amplas mudanças estruturais todos os direitos e valores se dispõe a serem discutidos. Apesar da grande aprovação, não podemos partir do pressuposto, que os direitos fundamentais e humanos se entendem por si mesmos. O debate público sobre a mencionada ameaça de tortura e apelação por um novo „direito penal para inimigos“⁸ torna claro, que , sempre mais vezes, especialmente em tempos de crise, o debate é necessário para assegurar-se o significado dos respectivos direitos.

⁷ Vgl. Hildegard Hamm-Brücher, Der freie Volksvertreter - eine Legende? Erfahrungen mit parlamentarischer Macht und Ohnmacht, München 1990. – In guter Verfassung? Nachdenken über die Demokratie in Deutschland, München 2006

⁸ Günther Jakobs: Bürgerstrafrecht und Feindstrafrecht. In: HRRS 3/2004, S. 88–95.

A pura referência de que, na Alemanha, em virtude de acordos internacionais, tortura é absolutamente impossível, não é suficiente. Ao invés de esquivar-se do debate através de uma tal referência, este deve ser iniciado novamente cada vez. Porque não somente a liberdade democrática precisa ser preenchida de vida, porque, como Hannah Arendt constatou, a liberdade mesma somente existe na ação livre, também o sistema de direitos precisa de debates, para que possamos defender e garantir o espaço de nossa liberdade de ação. A comparação de Hannah Arendt e de Leo Strauss mostra duas alternativas do pensamento político em tempos de crise: sinceridade da ação e confiança na pluralidade democrática ou desconfiança dessa sinceridade e refúgio na política secreta do rei dos filósofos.

Tradução: Helga Heidrich